

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6773	10233/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E NA ESCOLA NÃO AGRUPADA - Ano 2026		
Unidade Administrativa		
DECS - DE [APOIOS SOCIAIS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão:

- a aprovação da presente proposta de delegação de competências nos(as) Diretores(as) dos Agrupamentos de Escolas e Escola não agrupada, para contratação de fornecimentos e serviços externos, incluindo assistências informáticas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

- a autorização ao Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada a subdelegar as competências nos números anteriores, para o ano 2026, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

Tudo, nos termos da alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta do contrato interadministrativo que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Assunto: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E NA ESCOLA NÃO AGRUPADA - Ano 2026

PROPOSTA:

CONSIDERANDO

O quadro de transferência de competências nos Municípios, na área da Educação, estabelecido no art.º 11 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual;

Que o novo regime redefine as áreas de intervenção e âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, na redação atual;

Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro procede ao reforço das áreas que, anteriormente, foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes, também, novas competências;

Que o Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão e que o Diretor constitui um dos seus órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o disposto nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário);

Que os órgãos do Agrupamento de Escolas e Agrupadas e não Agrupadas, têm vindo a desenvolver as competências, ora descentralizadas, de forma eficiente e com qualidade de gestão e educação reconhecida por toda a comunidade educativa;

O Município de Braga, no uso da sua competência prevista no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro na redação atual, delega no Diretor(a) a contratação de fornecimentos e serviços que devido às especificidades do Agrupamento de Escolas, não integra os elencados no número 3 da cláusula 1.ª, bem como os que não integram a lista de material a adquirir pelo Município de Braga, e ainda aquelas contratações de fornecimentos e serviços essenciais ao normal funcionamento do estabelecimento educativo que por questões de eficiência e eficácia sejam melhor asseguradas pelo Agrupamento, designadamente, para assistências informáticas, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º



da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Que prevê ainda o n.º 3 do artigo 44.º que "As competências próprias do presidente da câmara e dos órgãos municipais referidas no n.º 1 podem ser objeto de delegação nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas";

Que nos termos do artigo 10º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para além das novas competências plasmadas no próprio diploma, são competências das autarquias locais as atribuídas por outros diplomas, nomeadamente as conferidas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual;

Que o contrato de delegação de competências tem por objetivo a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das competências, agora delegadas, por parte do Agrupamento de Escolas;

Que para uma atuação conjunta em que estejam presentes o respeito pela autonomia, cooperação, solidariedade e corresponsabilidade, se torna vital que os diferentes órgãos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem às necessidades existentes;

Que a negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios de igualdade, não discriminação, estabilidade, prossecução do interesse público, boa-fé, necessidade e suficiência dos recursos, princípio da boa gestão e da continuidade da prestação do serviço público;

Os contratos a celebrar totalizam o valor de **350.980,36 euros**, distribuídos nos termos constantes da tabela abaixo.

Os pressupostos para a definição dos valores a atribuir a cada Agrupamento de Escolas tiveram em consideração o valor por aluno definido na Portaria 10/2023 (atualizado pela Portaria 262/2023) de 7,68 euros, a atribuição de 58,00 euros por turma e os seguintes patamares de apoios:

- 5000,00 euros para AE com menos de 1000 alunos;
- 2500,00 euros para AE com mais de 1000 alunos e menos de 2500;
- 1500 euros para AE com mais de 2500 alunos e menos de 3500;
- garantia de valor mínimo idêntico a 2025;
- acréscimo face a 2025 do impacto do valor de inflação previsto para 2026 (2%);
- atribuição de apoio de 300,00 euros a cada AE e EñA para efeitos de dinamização das bibliotecas escolares;
- apoio a cada agrupamento de verba para pequenas reparações urgentes;
- apoio para transportes para escolas EB 2,3, no âmbito de visitas e aulas descentralizadas dentro do concelho de Braga;



Agrupamentos de Escola	Assistência Informática	Valor total
E. A. C. M. Calouste Gulbenkian	5 722,10 €	13 946,46 €
AE Alberto Sampaio	26 937,44 €	47 493,79 €
Escola Básica André Soares	16 719,40 €	28 585,81 €
Escola Básica de Braga Oeste	6 369,00 €	15 976,08 €
AE Carlos Amarante	23 760,00 €	42 623,52 €
Escola Básica de Celeirós	8 033,80 €	19 030,58 €
AE Dona Maria II	18 491,20 €	35 733,38 €
Escola Básica Dr. Francisco Sanches	10 378,68 €	21 122,75 €
AE Maximinos	11 838,96 €	26 546,90 €
Escola Básica de Mosteiro e Cávado	8 773,64 €	19 884,77 €
Escola Básica de Real	11 640,32 €	25 748,29 €
AE Sá de Miranda	18 443,56 €	34 848,81 €
Escola Básica de Trigal de Santa Maria	8 347,72 €	19 439,21 €

PROPÕE-SE

Que a Câmara Municipal com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar a presente proposta de delegação de competências nos(as) Diretores(as) dos Agrupamentos de Escolas e Escola não agrupada, para contratação de fornecimentos e serviços externos, incluindo assistências informáticas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

- Autorizar o Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada a subdelegar as competências nos números anteriores, para o ano 2026, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

Tudo, nos termos da alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta do contrato interadministrativo que se anexa.

